

STJ00120796

FERNANDO ANTONIO
TASSO

SISTEMAS REGULATORIOS DE DADOS PESSOAIS

**A CONCRETIZAÇÃO DOS
DIREITOS HUMANOS NA ECONOMIA DIGITAL
PELA RESPONSABILIDADE CIVIL**

2024 © Editora Foco

Autor: Fernando Antonio Tasso

Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira

Editor: Roberta Densa

Coordenadora Editorial: Paula Morishita

Revisora Sênior: Georgia Renata Dias

Capa Criação: Leonardo Hermano

Diagramação: Ladislau Lima e Aparecida Lima

Impressão miolo e capa: FORMA CERTA

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (7.2024) – Data de Fechamento (7.2024)

2024

Todos os direitos reservados à

Editora Foco Jurídico Ltda.

Rua Antonio Brunetti, 593 – Jd. Morada do Sol

CEP 13348-533 – Indaiatuba – SP

E-mail: contato@editorafoco.com.br

www.editorafoco.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	VII
AGRADECIMENTOS.....	XI
INTRODUÇÃO	XVII
1. DADOS PESSOAIS NA ECONOMIA DIGITAL	1
1.1 Privacidade e proteção de dados pessoais	1
1.1.1 A privacidade em sua gênese antropológica	2
1.1.2 A privacidade na Antiguidade Clássica	3
1.1.3 O surgimento da privacidade na Era Moderna	5
1.1.4 O direito à privacidade e sua tutela na economia digital.....	8
1.2 Informações, dados pessoais e dados sensíveis.....	12
1.2.1 Bancos de dados e a mudança quantitativa e qualitativa no trata- mento de dados pessoais decorrente do avanço tecnológico	14
1.2.2 Dados pessoais: de subproduto a insumo da economia digital.....	16
1.3 Economia digital	18
2. EMPRESAS TRANSNACIONAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	25
2.1 Do perfil multinacional ao transnacional	25
2.2 Conceito	31
2.3 Poder econômico e regulação	35
2.4 Análise do negócio a partir da matriz swot.....	41
2.4.1 Forças (<i>strengths</i>)	42
2.4.2 Fraquezas (<i>weaknesses</i>)	44
2.4.3 Oportunidades (<i>opportunities</i>).....	44
2.4.4 Riscos (<i>risks</i>).....	46
2.5 Operações de tratamento dos dados pessoais e riscos regulatórios.....	49

2.5.1 Coleta	49
2.5.2 Processamento.....	52
2.5.2.1 Depósito de dados (<i>data warehousing</i>)	53
2.5.2.2 Mineração de dados (<i>data mining</i>).....	54
2.5.2.3 Sistema de processamento analítico on-line (<i>Online Analytical Processing</i>).....	54
2.5.2.4 Elaboração de perfil (<i>profiling</i>)	55
2.5.2.5 Sistema da avaliação (<i>scoring</i>).....	56
2.5.3 Circulação.....	56
3. SISTEMA REGULATÓRIO GLOBAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	59
3.1 Organização das Nações Unidas.....	59
3.1.1 Assembleia Geral	61
3.1.2 Conselho de Direitos Humanos.....	62
3.1.3 Corte Internacional de Justiça.....	64
3.2 Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	65
3.3 Princípios orientadores sobre empresas e direitos humanos.....	66
3.4 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2020-2030	69
3.5 Análise crítica do sistema global de proteção.....	72
4. SISTEMA REGULATÓRIO INTERNO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	77
4.1 Modelos regulatórios de proteção de dados pessoais	78
4.2 Proteção de dados como direito humano e fundamental	79
4.2.1 O Julgamento da ADI nº 6.393/2020.....	83
4.2.2 A Emenda Constitucional nº 115 de 10/02/2022	85
4.3 Normas setoriais.....	86
4.4 A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	89
4.4.1 Modelo de aplicabilidade da LGPD.....	90
4.4.1.1 Condições de legitimidade para o tratamento de dados pessoais	91
4.4.1.2 Procedimentos para garantir a proteção de dados pessoais.	93
4.4.1.3 Consequências pelo descumprimento das normas de Proteção de Dados	95

4.4.1.3.1	Sanções Administrativas	96
4.4.1.3.2	Responsabilidade Civil	98
4.5	A proteção de dados e o papel do estado-juiz	99
5.	A INTERFACE ENTRE OS PRINCÍPIOS DE RUGGIE E AS FUNÇÕES DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	101
5.1	Primeiro pilar dos Princípios de Ruggie: o dever do estado de proteger direitos humanos e a função preventiva da responsabilidade civil	105
5.1.1	A função preventiva da responsabilidade civil	107
5.2	Segundo pilar dos Princípios de Ruggie: a responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos e a função punitiva da responsabilidade civil.....	109
5.2.1	A função punitiva da responsabilidade civil	116
5.3	Terceiro pilar dos Princípios de Ruggie: o acesso a mecanismos de reparação e a função reparatória da responsabilidade civil.....	118
5.3.1	A função reparatória da responsabilidade civil	120
	CONCLUSÃO.....	123
	REFERÊNCIAS.....	127